

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.886, DE 2004**

Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social”

**Autor:** Deputado PAULO BALTAZAR

**Relator:** Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.886, de 1994, de autoria do Deputado Paulo Baltazar, dá nova redação ao inciso II do art. 81 e ao art. 82 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a concessão de pecúlio ao segurado aposentado que retorna à atividade abrangida pela Previdência Social.

A Proposição foi distribuída para as Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 2.886, de 1994, nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.886, de 2004, busca reintroduzir, no âmbito da legislação previdenciária, o pagamento do pecúlio aos aposentados por idade ou por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social que voltam a exercer atividade por ele abrangida. Desde que essa prestação foi extinta, em 1994, os aposentados que retornam à atividade são obrigados a contribuir para a Previdência Social, mas somente têm direito a perceber o auxílio-acidente e o salário-família, este último benefício concedido apenas quando o aposentado filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado empregado.

Trata-se, como bem argumenta o Autor da Proposição, Deputado Paulo Baltazar, de uma injustiça para com esses trabalhadores que só retornam à atividade para sanar as recorrentes dificuldades financeiras.

Com esse objetivo, a Proposição ora sob análise dá nova redação aos arts. 81 e 82 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Cabe destacar, no entanto, que os referidos dispositivos foram revogados, respectivamente, pelas Leis nºs 8.870, de 15 de abril de 1994, e 9.129, de 20 de novembro de 1995, e pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

Tendo em vista, portanto, a necessidade de compatibilizar o texto do Projeto de Lei Complementar nº 2.886, de 2004, com as disposições contidas nas Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 24 de abril de 2001, que estabelecem regras aplicáveis à elaboração de normas legais, apresentamos em anexo Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.886, de 2004, introduzindo na referida Lei nº 8.213/91 os artigos 80-A e 80-B que dispõem especificamente sobre o pecúlio a ser concedido aos aposentados que retornam à atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social. Modificamos, ainda, o § 2º do art. 18 para elencar entre os benefícios devidos aos aposentados o pecúlio que ora se pretende instituir.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.886, de 2004, nos termos do Substitutivo apresentado em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004.

Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES  
Relator

## COMISSÃO DE DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.886, DE 2004

Dá nova redação ao § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta à referida Lei arts. nºs 80-A e 80-B, instituindo o pecúlio para os aposentados do Regime Geral de Previdência Social que voltem a exercer atividade por ele abrangida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.....

.....

§ 2º O aposentado do Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a este Regime ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da previdência social, exceto as decorrentes de sua condição de aposentado; à reabilitação profissional; ao auxílio-acidente; ao salário-família, quando empregado e ao pecúlio.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 80-A e 80-B:

“Art. 80-A É devido pecúlio ao segurado aposentado por idade ou por tempo de contribuição pelo Regime Geral de Previdência que volte a exercer atividade abrangida pelo mesmo, quando dela se afastar.”

“Art. 80-B O pecúlio consistirá em pagamento único de valor correspondente à soma das importâncias relativas às contribuições do segurado, remuneradas de acordo com o índice de remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia primeiro de cada mês.

*Parágrafo único. O pecúlio poderá ser requerido a cada trinta e seis meses ou quando o aposentado se afastar da atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social. ”*

Sala da Comissão,        de        de 2004.

Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES  
Relator